

## Participação na Conferência

### “Orçamentos participativos em Contexto Metropolitano: Experiências e Desafios”

**José Maria Pignatelli** – Recordou que a figura institucional do Orçamento Participativo (OP) surgiu em 1988, no Brasil, com a promulgação da Constituição após a redemocratização daquele país que criou os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas. A ideia foi criar um mecanismo de democracia participativa que permita aos cidadãos influenciar decisões de determinados montantes dos orçamentos públicos, no caso em concreto dos orçamentos anuais aprovados pelos municípios. No Brasil, o primeiro Orçamento participativo colocado em prática data de 1989 em Porto Alegre, ainda que de uma forma consultiva e não deliberativa, opção que foi seguida mais tarde por dar verdadeira expressão à vontade dos votantes e proporcionar um compromisso entre eleitos e eleitores, ou seja entre os dirigentes políticos e os cidadãos.

O modelo do município (prefeitura) de Porto Alegre foi seguido logo na década de 90' do século passado, por muitos outros brasileiros e como que copiado pelas autarquias sul-americanas de Rosário, na Argentina, e Montevideo, no Uruguai; pelas europeias de Bruxelas (Bélgica), Saint-Denis (França), Barcelona (Espanha), e da cidade canadiana de Toronto. Esta política mantém-se em algumas destas autarquias se bem com metodologias diferentes, muito por força da dimensão dos municípios. E quase todos são deliberativos ou seja os projetos - propostos pelos cidadãos -, são votados pelos após discussão pública. Hoje, até dependem de sistemas de consulta mais sofisticados utilizando as novas tecnologias de comunicação e interação, muito por força dos próprios projetos ou programas se encontrarem dependentes de montantes monetários previamente determinados, para que o valor global destinado aos Orçamentos Participativos anuais possa servir mais que uma benfeitoria e um grupo de interesses que se acabam sempre por formar entre os eleitores de cada um dos municípios que têm esta prática, anual ou bianual.



José Maria Pignatelli  
Deputado Municipal  
Coligação  
'Odivelas Merece Mais'

Os Orçamentos Participativos foram o formato que os políticos, em exercício de funções executivas, encontraram para se aproximarem das populações, permitindo a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos locais e regionais – mais direta quando se trata de um OP deliberativo, ou indiretamente quando o OP é consultivo. No essencial, falamos de um incentivo a um procedimento de gestão compartilhada e controle social da ação das Administrações Locais ou Regionais.

A importância desta estratégia de aproximação entre a classe política e os cidadãos e a própria promoção das boas práticas da cidadania, como a participação ativa nas decisões relativas à gestão de assuntos locais, começou recentemente a entusiasmar dirigentes locais e regionais em países africanos, porventura pelas reivindicações e sugestões dos voluntários de organizações humanitárias que intervêm nas zonas mais carenciadas destes países. Saliento a Conferência Internacional sobre a Participação dos Cidadãos na Elaboração de Orçamentos e Gestão dos Assuntos Locais e Regionais em África que decorreu há pouco mais de um ano (Dezembro de 2013), no Palácio dos Congressos de Túnis, capital da Tunísia. O evento foi dividido por três sessões:

- A democracia participativa no mundo e em África: desafios regionais e perspectivas locais;
- A Visão global da participação dos cidadãos no processo de orçamentação e na gestão dos assuntos locais e regionais - perspectivas de upscaling e institucionalização dos processos participativos nas políticas públicas em África;
- A participação dos cidadãos na elaboração de orçamentos e na gestão dos assuntos locais e regionais como um catalisador da administração partilhada.

Presentemente, todos compreendem a importância dos Orçamentos Participativos, desde que sejam deliberativos e consequentes, ou seja que consigam afinal cumprir os pressupostos atrás mencionados.